**PARECER Nº DE 2023, DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 40 DE 2023 DE AUTORIA DO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA.**

**PROCESSO Nº 052 DE 2023.**

1. **Exposição da Matéria**

O Exmo. Senhor Prefeito Municipal, através da mensagem nº 027/23 envia a esta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº 040 de 2023, que *“Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2024, e dá outras providências”.*

Conforme determinação do art. 37, inciso I, combinado com o Art. 208, do Regimento Interno da Câmara Municipal, o referido processo foi encaminhado para esta Comissão para análise do mérito e das emendas do projeto, assim como, a emissão do respectivo parecer acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

O Projeto de Lei foi recebido pela Câmara aos vinte e oito (28) dias do mês de abril de 2023, dentro do prazo legal estabelecido no Art. 139, parágrafo 4º, inciso I, da Lei Orgânica de Mogi Mirim – LOMM, e lido no Expediente da 14° Sessão Ordinária, realizada no dia oito (08) de maio de 2023. Conforme o regimento interno (art. 208) o processo ficou à disposição dos vereadores e população, para análise e apresentação de emendas pelo prazo de 15 dias, findando-se aos vinte e três (23) dias do mês de maio, quando então o processo foi enviado a esta comissão para deliberação.

A elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, de acordo com o art. 51, inciso IV e art. 71, inciso XI da LOMM. Ainda de acordo com a Lei Orgânica do Município, no parágrafo 1º do art. 137, a LDO “*compreenderá metas e prioridades da administração e as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, servindo-se de base à elaboração da Lei Orçamentária Anual e alterações na legislação tributária, devendo ser previamente publicada a versão simplificada e compreensível das diretrizes constantes do projeto”*.

Elaborado em consonância com as disposições do artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, do artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, este instrumento de planejamento e gestão orçamentária, juntamente com Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, compõe o abrangente e transparente documento sobre o Planejamento do Orçamento Público Municipal integrado.

Cabe destacar que assim que o Projeto de Lei chegou à Câmara Municipal, cumprindo as determinações legais e regimentais, passou por duas audiências públicas, sendo a primeira realizada no dia 11 de maio, onde o Secretário de Finanças do Município explanou sobre o processo de elaboração das diretrizes orçamentárias e o conteúdo da peça. Foi também realizada uma outra audiência no dia 25 de maio, onde a Comissão de Finanças e Orçamento apresentou as emendas apresentadas ao projeto.

1. **Do Mérito e conclusões do relator**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um instrumento de planejamento que orientará a elaboração do orçamento para o ano vindouro, compreendendo as metas e prioridades da administração municipal, incluindo as despesas de capital, dispondo ainda sobre as alterações na legislação tributária do Município, dentre outras. Em síntese, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é norteadora das ações do governo municipal a serem levadas a efeito, na elaboração e na execução da peça orçamentária para o exercício financeiro de 2024.

A elaboração do projeto de lei da LDO 2024 preparada nos estreitos limites do Plano Plurianual 2022-2025 e suas adequações, segue submetida a sua referência estratégica, como parte do processo de modernização da gestão articulada com o Plano do Governo. Assim, integram o acompanhamento gerencial das estruturas de governo, bem como facilita a relação de transparência com a população.

Na mensagem nº 027/2023 o Prefeito explica que, a administração segue rumo à reorganização, na infraestrutura urbana, nas políticas sociais, no processo de gestão e no envolvimento dos diversos atores sociais de nossa cidade. Segundo ele, esta reorganização é resultante da recuperação da credibilidade da população quanto à capacidade dos serviços públicos funcionarem para atender suas necessidades, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

O Prefeito também destaca que, as conquistas, apesar de exigir um grande esforço da administração foi possível graças às parcerias e apoios desta Egrégia Casa de Leis, de importantes setores da sociedade e da pronta contribuição da maioria dos servidores municipais.

Conforme informado na mensagem encaminhada pelo Executivo, a previsão dos valores de despesa para o ano de 2024, distribuídos entre os órgãos da Administração Direta e Indireta são: Prefeitura Municipal **R$ 605.038.271,16** (seiscentos e cinco milhões, trinta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e dezesseis centavos); SAAE **R$** **79.150.000,00** (setenta e nove milhões, cento e cinquenta mil reais) e Câmara Municipal **R$ 11.203.210,00** (onze milhões duzentos e três mil duzentos e dez reais); **Emenda Impositiva R$ 6.698.893,84 (seis milhões seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta a quatro centavos)** totalizando o valor de **R$ 702.090.375,00** (setecentos e dois milhões, noventa mil, trezentos e setenta e cinco reais)**.**

Tratando ainda das restrições orçamentárias, a amortização de parte do principal, o pagamento dos serviços da dívida e precatórios para a Prefeitura e para o SAAE atingirá o valor Total de R$ 44.585.000,00 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil reais) para o exercício 2024.

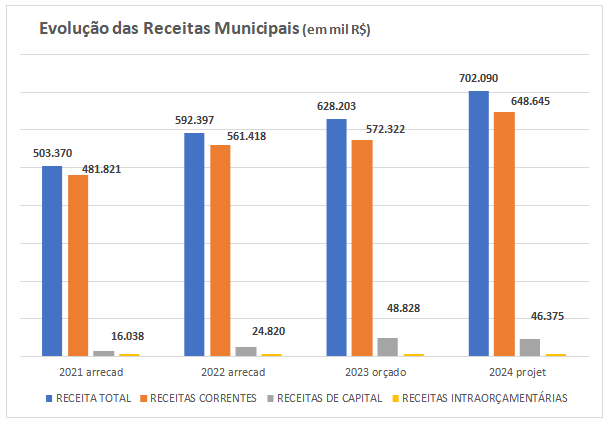
As projeções realizadas com base na evolução da receita, nas medidas de reorganização da gestão nas transferências de financiamentos e de convênios permitem prever um crescimento da receita real da ordem de 11,8% (onze inteiros oito décimos por cento) para 2024, em relação ao orçamento de 2023. Como ponto de partida para o estabelecimento desta projeção, temos os valores projetados para todas as receitas em 2024 com base na arrecadação verificada até o momento, aplicando-se sobre cada uma, conforme sua especificidade, um índice de correção baseado na projeção de inflação para 2024 de 4,2% (quatro inteiros dois décimos por cento) e crescimento do PIB em 2% (dois por cento), além da série histórica de arrecadação.

Conforme mensagem do Executivo, a estruturação da LDO 2024, conforme definido no Plano Plurianual e reiterada nas audiências públicas, está centrada em projetos prioritários que se consolidam, todos eles, no Plano de Governo.

A Administração Municipal, projetou a receita para o exercício de 2024, da ordem de R$702.090.375,00 (setecentos e dois milhões, noventa mil, trezentos e setenta e cinco reais), e a despesa de R$702.090.375,00 (setecentos e dois milhões, noventa mil, trezentos e setenta e cinco reais). Desse montante, destaca-se R$ 6.585.000,00 (seis milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil reais) que serão provisionados como reserva de contingência, equivalente a mais de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, destinados a riscos emergentes que, se inexistentes ao longo do exercício de 2024, poderão ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, conforme o inciso III do artigo 5° da Lei Complementar n° 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) .

Ainda na presente mensagem, em conformidade com as d a realização de audiências públicas para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que visam à coleta de sugestões e propostas a serem contempladas nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO.

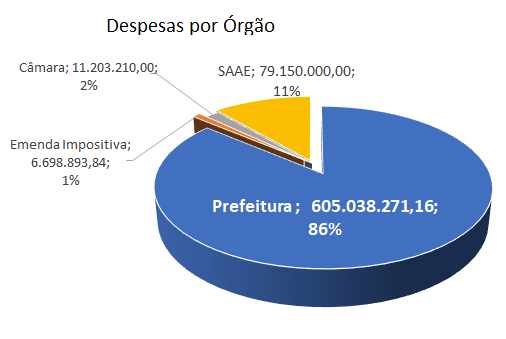
A evolução das receitas de tributos está amarrada, por um lado, à Legislação Tributária e ao Sistema de Tributação da Prefeitura e, por outro lado, aos fatores macroeconômicos, subordinado às decisões do Governo Federal, das grandes corporações transnacionais e às relações econômicas internacionais, podendo afetar os investimentos com impacto também sobre o emprego e a renda.

Abaixo quadro da Evolução das Receitas Municipais 

Com relação às despesas, a Prefeitura destaca que foram projetadas ainda significativa pressão sobre os custeios, o que imporá esforços intensos de todos os servidores no sentido de aumentar a vigilância sobre os gastos municipais.

Os valores estimados para o próximo ano expressam as limitações aos desejos da Administração Municipal de resolver todos os problemas. No entanto, não medirão esforços no sentido de ampliar esses recursos, com contribuições aos Governos Federal e Estadual, além de buscar parcerias junto à iniciativa privada.

Abaixo quadro representativo das Despesas por Órgão:



Tratando ainda das restrições orçamentárias, a amortização de parte do principal, o pagamento dos serviços da dívida e precatórios para a Prefeitura e o SAAR, atingirá o valor total de R$44.585.000,00 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil reais) para o exercício de 2024.

Destaque para a os anexos que, integram e acompanham, demonstrando as ações da Administração Municipal e as metas fiscais a serem efetivadas no exercício 2024, bem como revisão dos programas, objetivos, atividades e operações especiais da Lei nº 6.367 de 27 de outubro de 2021, que instituiu o PPA 2022 - 2025 e suas alterações.

**Principais Investimentos LDO 2024**

* Desapropriação de área para habitação popular;
* Construção de habitação popular;
* Obras de infraestrutura urbana - recapeamento, asfalto novo e drenagem;
* Regularização urbanística e fundiária;
* Construção, ampliação e reformas de prédios e espaços públicos;
* Ampliação e melhoria no sistema de iluminação pública;
* Modernização e reforma do CEM - Centro de Especialidades Médicas;
* Aquisição de equipamentos para a saúde;
* Aquisição de equipamentos para a educação;
* Aquisição de equipamentos para as secretarias municipais;
* Implantação de Arena Poliesportiva Multiuso;
* Infraestrutura Rural e compras de equipamentos para a Agricultura;
* Construção do Centro Administrativo Municipal;
* Implantação da Prefeitura digital e ampliação dos sistema de informação geográfica;
* Ampliação, reforma e aparelhamento da produção e distribuição de água;
* Ampliação, reforma e aparelhamento das Redes de Esgoto;
* Implantação de projetos saneamento rural;
* Infra-Estrutura do Turismo;
* Implantação do sistema municipal de transporte urbano de passeio.

Cabe ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101 de 2000) dispõe em seu artigo 4°, sobre os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ordenando a sua composição. Neste sentido, o Projeto de Lei n° 40 de 2023 encontra-se em conformidade com a legislação citada, uma vez que encontra-se nos anexos da propositura os seguintes quadros e demonstrativos:

**TABELA 1 - METAS ANUAIS:** em conformidade com o § 1°. Este quadro, conforme determina o dispositivo citado, deve conter as Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, sendo assim, há a previsão do aumento de receita, em comparação de 2024 e 2025, no valor de R$ 160.954.000;

**TABELA 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS AS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:** em conformidade com o § 2°, inciso I, que determina que deve constar nos anexos das Diretrizes Orçamentárias a avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior (fls 26);

**TABELA 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES:** conforme § 2, inciso II. Neste dispositivo, a LRF pede que conste nos anexos da LDO um demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional, o que se cumpre nos autos do processo, folha n° 27;

**TABELA 4 e 5 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** conforme inciso III do § 2°. Neste inciso da LRF é delegada aos anexos da LDO a demonstração da evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos do Município, no caso em análise, consta na folha n° 28 dos autos do processo, o patrimônio líquido do Município dos anos de 2020, 2021 e 2022;

**TABELA 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES:** conforme inciso IV do § 2°. Cabe ressaltar que, como o Município não possui regime de previdência própria, a tabela não contém valores, assim como as **TABELAS 7 e 8**, ambas tratam do regime próprio de previdência;

**DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO:** conforme inciso V do § 2°. Ressaltamos que este quadro demonstra o aumento permanente da receita no valor de R$ 52.876.955,00;

**TABELA 9 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS:** conforme § 3°. Nesta tabela, o governo prevê o contingenciamento de R$ 1.400.000,00 no orçamento, para precatórios de pequeno valor;

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO serve de elo entre o PPA - Plano Plurianual e a LOA - Lei Orçamentária Anual. O seu conteúdo básico está previsto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, além dos dispositivos da Constituição Estadual, no que couber, na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e na Lei Orgânica do Município, estabelecendo metas e prioridades para o orçamento anual, para o exercício de 2024.

Neste sentido, entendemos que a proposta do LDO apresenta diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA que possibilitarão a execução de ações de interesse do município, aumentando serviços, melhorando as condições dos prédios públicos, ampliando ações de saúde e educação, melhorias na infraestrutura urbana e rural, ações de promoção à assistência social e programas para desenvolvimento econômico.

Vale lembrar que o executivo poderá modificar a unidade executora ou órgão responsável por programas e ações, bem como os indicadores e respectivos índices, visando adequar as metas fiscais em função de modificações nos programas ditados por lei, ou por diretrizes e ainda por leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

Diante do exposto, esta Comissão de Finanças e Orçamento não vislumbra óbices ao prosseguimento da proposta, exarando o presente **Parecer Favorável** e encaminhamos o referido Projeto de Lei ao Douto Plenário para exame e deliberação final.

1. **Substitutivos, Emendas ou subemendas ao Projeto**

Tempestivamente, foram apresentadas 6 emendas ao Projeto de Lei, sendo 01 (uma) da Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena, e 05 (cinco) da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento. Conforme o art. 208 do Regimento Interno vigente, parágrafo 6º *“... será encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para emitir Parecer e DECIDIR sobre as emendas”.*

Válido salientar que a Lei Orgânica do Município prevê, em seu art. 139, as situações onde será possível a apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Citamos:

*§ 2° As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias somente poderão ser aprovadas, quando compatíveis com o plano plurianual.*

Isto é, o Poder Legislativo não pode apresentar proposta de emenda de objeto não contemplado no Plano Plurianual vigente.

Diante do Exposto, passemos à análise das emendas:

Emenda nº 01 - Modificativa - Autoria: Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena

Proposta: A Vereadora propõe remanejar a projeção de valores vinculados à Gestão de Gabinete, na ação Gabinete de Portas Abertas e nas Ruas, retirando R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) desta ação e remanejando para a ação Manutenção de Atividades do Programa de Bem Estar Animal, na Secretaria de Meio Ambiente.

Justificativa: a autora pretende fazer uma suplementação na referida dotação, a fim de destinar maiores recursos nas ações de cuidado e bem-estar animal, que passará a ter a previsão no valor de R$ 635.000,00.

Emenda nº 02 - Substitutiva - Autoria: Comissão de Finanças e Orçamento

Proposta: visa substituir o § 5° do artigo 30, que passará a viger com a seguinte redação:

*§ 5º Caso o recurso correspondente à emenda parlamentar seja alocado em Unidade do Poder Executivo que não tenha competência para executá-la, ou em grupo de natureza da despesa que impossibilite a sua utilização, fica o Poder Executivo autorizado, cientificado o autor da emenda, a remanejar o respectivo valor para o programa de trabalho da Unidade do Poder Executivo com atribuição para a execução da iniciativa ou a transferi-lo de grupo de natureza da despesa,* ***sem alterar o objeto proposto,*** *não se aplicando os prazos estabelecidos pelo artigo 34.”*

Justificativa: O objetivo da emenda nº 02 é garantir que o objeto proposto na indicação da emenda impositiva de cada vereador seja mantida, mesmo que seja necessário realizar alteração no órgão executor da emenda.

Emenda n° 03 - Modificativa - Autoria: Comissão de Finanças e Orçamento

Proposta: Correção de redação nos seguintes dispositivos:

Art.1º, parágrafo único, inciso IV; Art. 30, §7º; Art. 31, inciso II; *Caput* do Art. 33.

Justificativa: Ocorre que, em análise da redação do Projeto de Lei n° 40 de 2023, encontramos alguns erros ortográficos, dessa forma, a Comissão decidiu propor a presente emenda.

Emenda nº 04 - Supressiva - Autoria da Comissão de Finanças e Orçamento

Proposta: suprime os incisos VI e VIII do parágrafo 2º, do art. 33.

*“...VI - a incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito da Administração Pública;*

*…*

*VIII - os impedimentos cujos prazos para superação inviabilizem o empenho dentro do exercício financeiro.”*

Justificativa: A intenção da comissão foi de retirar da redação do projeto de lei, os dois dispositivos que consideramos que foram expressos de forma genérica, no que diz respeito aos critérios que justifiquem a não execução da emenda impositiva por impedimento de ordem técnica.

Emenda nº 05 - Supressiva - Autoria da Comissão de Finanças e Orçamento

Proposta: suprime o parágrafo único do art. 31

*“Parágrafo único. As emendas parlamentares a que alude o "caput" deste artigo serão apresentadas em valor não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).”*

Justificativa: trata-se de uma emenda com objetivo de resguardar o direito do Vereador de destinar a quantia que melhor se enquadrar às necessidades do projeto que deseja enviar seu valor correspondente, não cabendo a imposição de limite.

Emenda nº 06 - Substitutiva - Autoria da Comissão de Finanças e Orçamento

Proposta: Substitui, na íntegra, o art. 34;

Justificativa: O referido artigo dispõe sobre os procedimentos e prazos para apresentação, correção e alteração das emendas impositivas dos Vereadores no orçamento. Em análise mais aprofundadas, entendemos a necessidade de alterar alguns destes dispositivos a fim de dar maior celeridade na execução e avaliação técnica das emendas.

Diante de todo exposto, considerando que: 1) as emendas apresentadas foram protocoladas dentro do prazo regimental; 2) as emendas da Comissão de Finanças tem a finalidade de alterar/corrigir a redação do Projeto de Lei, mais especificamente nos procedimentos relacionados às emendas de caráter impositivo dos Vereadores; 3) que entendemos que a emenda apresentada pela Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena, não apresenta incompatibilidade com as ações previstas no PPA vigente, opinamos e deliberamos pelo prosseguimento das emendas, que devem ser encaminhadas ao Douto Plenário para análise do mérito e posterior votação.

1. **Decisão do Relator**

Reforçamos que a Comissão se limitou a avaliar apenas as questões técnicas (financeira, redação, cálculos, compatibilidade com os anexos apresentados etc.) e procedimentais das emendas apresentadas, não discutindo sobre o MÉRITO ou assunto proposto pelos nobres autores.

Dessa forma, a Comissão de Finanças e Orçamento considera que o Projeto de Lei n° 40 de 2023 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024) apresenta os requisitos legais e financeiros, abrangendo PPA 2022-2025 e projetando a elaboração do Orçamento Municipal para o exercício do ano de 2024, motivo pelo qual, emitimos o presente **Parecer Favorável.**

Sala das Comissões, 06 de junho de 2023.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**Vereador João Victor Coutinho Gasparini**

Presidente

**Vereadora Mara Cristina Choquetta**

Vice-Presidente

**Vereadora Luzia Cristina Cortes Nogueira**

Membro